

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

a) Conceito e Natureza da Constituição. Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Interpretação da Constituição. Princípios. Eficácia da norma constitucional. Rigidez Constitucional e suas implicações no modelo federativo brasileiro.

b) Direitos e Garantias Fundamentais.

c) Soberania Popular: titularidade e exercício. Os Direitos Políticos. Suspensão e Perda.

PONTO II

a) O Estado Democrático de Direito. A soberania. O Estado Federal Brasileiro. Princípios Fundamentais. Forma de Estado e organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma de Governo. Presidencialismo e Parlamentarismo.

b) O princípio da supremacia da Constituição. A inconstitucionalidade das leis e dos atos normativos.

c) A Constituição e os atos internacionais. Mercosul.

PONTO III

a) O controle de constitucionalidade no sistema federativo brasileiro. Formas de controle. Características e peculiaridades.

b) Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos políticos, sociais e difusos.

c) O regime democrático e seus princípios basilares. Instrumentos da democracia direta.

PONTO IV

a) Controle preventivo e repressivo de constitucionalidade. Efeitos.

b) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limitações constitucionais ao poder de emenda: materiais, circunstanciais e temporais. Cláusulas de perpetuidade.

c) Devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Princípio da efetividade. Responsabilidade por dano material, moral ou à imagem. Princípio da legalidade. Contraditório. Ampla defesa. Isonomia. Direito de petição. Princípio do juiz natural. Tribunal do Júri. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Individualização da pena.

PONTO V

a) Organização político-administrativa do Estado federal brasileiro. A União. Bens da União. Os Estados. Os Municípios. Distrito Federal. Territórios. Vedações constitucionais de natureza federativa. Repartição constitucional de competências dos entes que integram a Federação. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias.

b) O Estado federal o princípio da autonomia no modelo federativo brasileiro. Aspectos relevantes. O sistema de intervenção nos Estados e Municípios. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Estados e Municípios. Mecanismos de integração e cooperação na federação brasileira. Regiões metropolitanas e micro regiões.

c) Ações e remédios constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança: individual e coletivo. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.

PONTO VI

a) Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis.

b) As constituições estaduais. Poder constituinte dos Estados. Definição e limites. Competências exclusivas, comuns e concorrentes dos Estados.

c) Provas ilícitas. Inviolabilidade do domicílio. Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados. Sigilo de correspondência e de comunicação. Sigilos bancário e fiscal. Princípio da presunção de inocência. Ação penal subsidiária. Extradicação. Prisão Civil. O direito de associação e o direito de propriedade. Função social da propriedade e limitações ao direito de propriedade.

PONTO VII

a) Controle difuso de constitucionalidade.

b) O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

c) A separação de poderes e sua importância no regime democrático. As funções legislativas executivas e jurisdicionais. Delegação de funções. Invasão de competências.

PONTO VIII

a) Controle concentrado de constitucionalidade. Características. Efeitos.

b) A Lei Orgânica do Município. Princípios de organização e competências municipais.

c) O Poder Legislativo. Funções. O Congresso Nacional. O sistema bicameral. O Senado e a Câmara dos Deputados. As Comissões.

PONTO IX

a) Ação direta de inconstitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Legitimidade. Inconstitucionalidade de tratado ou lei federal. Inconstitucionalidade face à Constituição estadual e outras modalidades.

b) A Administração Pública. Princípios Constitucionais. Preceitos de observância obrigatória à Administração Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Licitação.

c) Imunidades, impedimentos e incompatibilidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: federais, estaduais e municipais.

PONTO X

a) Os sistemas de controle de constitucionalidade no modelo constitucional brasileiro. Controle preventivo e repressivo. Aplicação da Constituição nova. Declaração de inconstitucionalidade e efeito repristinatório.

b) Disposições constitucionais que regem os servidores públicos. Direitos e deveres. Concurso público. Responsabilidade civil objetiva do Poder Público.

c) Inconstitucionalidade da sentença.

PONTO XI

a) Poder Constituinte: originário e derivado. Características e peculiaridades.

b) Princípios constitucionais que regem a remuneração de vencimentos dos servidores públicos; investidura em cargo ou emprego público; acumulação remunerada de cargos públicos; estabilidade e aposentadoria; atos de improbidade administrativa. A responsabilidade por danos.

c) Iniciativa das leis. Iniciativa reservada e vinculada. Vício de iniciativa. Das fases de elaboração da lei. Deliberação legislativa: emendas parlamentares, discussão e votação. Deliberação executiva: sanção e veto. Promulgação e Publicação. Controle político de constitucionalidade.

PONTO XII

a) Competência Tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar e os direitos fundamentais da pessoa.

b) Competência do Judiciário para o controle da constitucionalidade das leis.

c) Espécies normativas: emendas à Constituição; leis complementares; leis ordinárias; leis delegadas; medidas provisórias e controle de constitucionalidade; decretos legislativos e resoluções.

PONTO XIII

a) A Democracia e o Estado de Direito. Mecanismos Constitucionais de Defesa da Ordem Constitucional e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio.

b) Poder Executivo e a Federação. Competência privativa do Presidente da República. Delegação de atribuições. Os Ministros de Estado no regime presidencialista. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. As forças armadas. Segurança pública. O militar em cargo civil. A polícia estadual. O poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.

c) Intervenção nos Estados e nos Municípios. Controle concentrado de constitucionalidade pela via da ação interventiva.

PONTO XIV

a) Poder Judiciário. Funções. Órgãos. Tribunais Superiores. Justiça Federal e Estadual. Garantias Constitucionais. Independência e imparcialidade. Natureza da função jurisdicional. Regime constitucional da Magistratura.

b) Responsabilidade do Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores, Secretários e Prefeitos. Perda do cargo. Foro competente. Secretários de Estado. O impeachment no direito brasileiro. Natureza do instituto. O processo do Presidente da República nos crimes de responsabilidade e nos crimes comuns.

c) Finanças Públicas. Orçamento. Princípios Constitucionais federais e estaduais. Fiscalizações contábeis, financeiras, orçamentária operacional e patrimonial. Controles externo e interno. Tribunal de Contas da União e dos Estados. As funções do Tribunal de Contas. Competências.

PONTO XV

a) Iniciativa legislativa do Poder Judiciário. O Estatuto da Magistratura: princípios. Competência privativa dos Tribunais. O reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público. Autonomia administrativa e financeira do Judiciário. Precatórios.

b) Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Advocacia-Geral da União. Advocacia. Indispensabilidade do advogado. Defensoria Pública. Princípios institucionais. O acesso à Justiça.

c) Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica.

PONTO XVI

a) O Supremo Tribunal Federal e o seu papel de guardião da Constituição. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Recursos ordinários, extraordinários e especial. Súmulas. Efeito vinculante.

b) O modelo federativo e a hierarquia das leis. Repartição constitucional de competência. Hermenêutica das normas jurídicas em face da Constituição. A Constituição e o conflito de normas no espaço. O tratado internacional e a Constituição. A norma estrangeira e a Constituição. A Constituição e conflito de normas no tempo. Teorias da recepção, da repristinção, e da desconstitucionalização.

c) Sistema monetário nacional. Moeda. Taxa de juros. Correção monetária.

PONTO XVII

a) O Poder Judiciário Estadual. Competência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Regimento interno. Conselho da magistratura. Regime jurídico da magistratura.

b) Os direitos sociais. Direito de greve. Direitos individuais indisponíveis. Direitos políticos. Direitos difusos.

c) Ordem social. Princípios. Educação, cultura e desporto. Seguridade social. Meio ambiente. A família. Regras de regência das relações familiares. A criança, o adolescente e o idoso.

PONTO XVIII

a) Disposições Constitucionais Gerais e Disposições Transitórias. Revisão constitucional e emenda à Constituição. Características.

b) Tutela constitucional das liberdades: *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Direito de Petição, Ação Popular. O princípio da efetividade e a juridicização da Constituição. A força normativa da Constituição e aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias individuais.

c) O Judiciário e o controle de constitucionalidade via *incidentaliter tantum*. Características. O papel do Senado. Efeitos. Legitimidade para exercê-lo.

PONTO XIX

a) Nacionalidade. Espécies. Brasileiro nato e naturalizado. Aquisição e perda. O estrangeiro no Brasil. Extradicação. Direitos políticos. Aquisição, suspensão e perda. Direito de voto. Características. Plebiscito e referendo. Elegibilidade e inelegibilidade. Reelegibilidade. A cidadania.

b) Sistemas eleitorais. Partidos políticos. Grupos de pressão.

c) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do sistema constitucional anterior. Declaração de inconstitucionalidade diferida no tempo. Interpretação conforme a Constituição.

PONTO XX

a) Princípio da Supremacia Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

b) Ato normativo municipal e controle de constitucionalidade.

c) Democracia: valores e formas. A igualdade como princípio inerente à democracia. Estado de direito e os direitos fundamentais. O princípio do controle judiciário. A democracia representativa. Representação e Sistemas eleitorais.